

MODALIDADE DO RESUMO: EXPANDIDO
ÁREA TEMÁTICA: EDUCAÇÃO COMO DIREITO SOCIAL:
DESAFIOS ATUAIS/ RELAÇÕES DE GÊNERO E
SUBJETIVIDADES COLETIVAS
CLASSIFICAÇÃO DO TRABALHO: EXTENSÃO

QUEM NÃO QUER AS TRAVESTIS NAS ESCOLAS? UMA VOLTA ATÉ A DITADURA MILITAR NO BRASIL.

Ana Flor Fernandes Rodrigues¹

¹Graduanda no curso de pedagogia pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE;
Email: contatoanaflor@outlook.com

Resumo:

Introdução: O presente artigo, em construção, tem como objetivo interpretar quais as relações dos processos de violências nos quais as travestis foram submetidas durante o período da ditadura militar—civil no Brasil, que teve início nos anos de 1964 (e durou 21 anos) bem como os resquícios dessas ações nos espaços escolares. Pensar que a identidade travesti faz, assim como todas as outras, parte de um percurso de construção significa dizer que o que sabemos sobre a mesma não é algo que surgiu do “além”, mas que foi agenciado, disciplinado, regulado e organizado em discursos que se fazem presentes em nosso cotidiano. As identidades travestis, no Brasil, são carregadas de estereótipos negativos que tentam, inclusive, criar um lugar único para as mesmas: às margens. Nenhuma história é, nem deve ser, apenas dada. Toda história se passa em contextos que fornecem-nos subsídios para analisarmos e compreendermos os fatos, mesmo quando esses fatos estão interligados a contextos de constante violências e técnicas que vão sendo sofisticadas e aperfeiçoadas com o passar do tempo, sem necessariamente uma continuidade. Logo, faz-se necessário discutirmos acerca da invenção das identidades travestis como algo ruim ou mal, diz respeito à necessidade de desconstruirmos e criarmos novas narrativas que foram potencializadas e retiraram grande parte da humanidade das travestis. Além disso, pensarmos qual o papel da Escola frente esse contexto de práticas de violência e exclusão. **Metodologia:** A partir de fragmentos de uma análise bibliográfica da dissertação de mestrado do Rafael Freitas Ocanha intitulada “Amor, Feijão, Abaixo o Camburão” e uma conversa com autores como Michel Foucault e Guacira Lopes Louro, o artigo tem o intuito de realizar um resgate histórico e pensar sobre como as violências vão tornando—se sofisticadas nos ambientes escolares, especificamente a transfobia e seus desdobramentos. **Resultados e discussões:** O processo de construção do ódio e desumanização sobre as identidades travestis é parte de um aglomerado de instituições que contribuíram, insistentemente, para criar efeitos de verdades sobre esta população. Discursos utilizados por igrejas, regulados em escolas, executados na ditadura militar e seus anos de chumbos. Os

famosos “rondões”, descritos na dissertação de mestrado de Rafael Freitas Ocanha (2004) “Amor, feijão, abaixo o camburão” permite-nos perceber que as instituições policiais carregavam consigo um projeto transfóbico de higienização social comandado pelo o delegado José Wilson Richetti. Na edição de nº 32, que tem como título “Brasil, campeão mundial de travestis”, Rio de Janeiro, de 1981, do famoso Jornal Lampião da Esquina (que circulou durante o período ditatorial com vozes insurgentes de resistência LGBT) é possível encontrar relatos onde as travestis apontam que estavam sendo assassinadas e alvejadas pela equipe de milicos chefiadas por Richetti com apoio de empresas, bares e restaurantes que não aceitavam que as meninas trabalhassem enquanto profissionais do sexo ao redor de seus estabelecimentos. As travestis, com ou sem intenção, desafiavam as ordens e regimes estabelecidos por ditaduras que arquitetaram não só um modelo de sociedade, mas também um modelo de vida e de corpo. Dentro das impossibilidades e precariedades criavam rotas de fuga e enfrentamentos, do jurídico ao biológico, aproximando-se da noção de monstruosidade: “A noção de monstro é o fato de que ele constitui, em sua existência mesma e em sua forma, não apenas a violação das leis da sociedade, mas uma violação das leis da natureza” (FOUCAULT, 2010, p. 47) e destacando ainda que “O campo de aparecimento do monstro é, portanto, um domínio que podemos dizer jurídico-biológico. Digamos que o monstro é o que combina o impossível com o proibido” (FOUCAULT, 2010). Guacira Lopes Louro (2000, p. 9) vai nos atentar e definir com suas palavras quem seriam os sujeitos que estabelecem a norma ao escrever que “Em nossa sociedade, a norma que se estabelece, historicamente, remete ao homem branco, heterossexual” e “[...] de classe média urbana e cristã e essa passa a ser a referência que não precisa mais ser nomeada”. Posto isso, Louro (1997) nos recorda como é imprescindível olhar com desconfiança para o que é dito/tido enquanto “normal” em espaços escolares: normas, procedimentos de ensino, materiais didáticos. Aqui, abrimos um parêntese para pensar sobre como essas instâncias criam corpos escolarizados, corpos treinados no silêncio sobre “efeitos de verdade”. E sim, é nessa brecha que encontramos resquícios de tecnologias e suas sofisticações de controle manuseadas, desta vez, pela instituição Escola. Tomando muito cuidado com as generalizações, interpretamos que a Escola produz marcas, modelos, do que seria “homem” e “mulher”. Entretanto, a identidade travesti quebra com esses paradigmas e, certamente, lida com sanções e punições diretas tidas por nós enquanto um “processo de desumanização” que se faz parte de um projeto histórico de exclusão fincado na sociedade brasileira. Todas essas (e muitas outras) ações reforçam uma pedagogia e, ao reforçar essa pedagogia, negam automaticamente os sujeitos tidos como abjetos e subalternos criados por um campo e redes de instituições, dialogando com o conceito de dispositivo foucaultiano: “um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas (...) o dito e o não-dito são elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos” (Foucault, 1993, p.244). **Conclusões:** Podemos concluir, no que toca a pesquisa ainda em andamento, que os resquícios das práticas nas quais travestis foram submetidas durante o período da ditatorial se fazem presente em pedagogias escolares que seguem subsidiando as margens como um lugar de travestis na sociedade brasileira.

Os rituais O que nos permite problematizar qual o papel da Escola frente uma sociedade que se diz democrática mas reserva para determinada população subjetivações e limbos. Não obstante, de refletirmos como nossa atual conjuntura, em sua descontinuidade, usufrui de heranças que custaram muito caro ao nosso país.

Palavras-chave: Travesti; Escola; Ditadura Militar.

Referências:

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. 11ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

FOUCAULT, Michel. Os anormais. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

Lampião da Esquina. “Na paulicéia, com olhos de lince e pernas de avestruz”. Esquina. Rio de Janeiro, jan. 1981, p.5. Acessado em 10 de abril de 2019. Acessar em: <http://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2015/11/36-LAMPIAO-DA-ESQUINA-EDICAO-32-JANEIRO-1981.pdf>

LOURO, Guacira. Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, G. L. O corpo educado: pedagogias da sexualidade. 2.ed. Tradução dos artigos: Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.